

Centro Estadual de Educação e Tecnologia Paula Souza
ETEC Trajano Camargo
ETIM Administração

Mariana Gabriela dos Santos
Mariana Raica Carvalho Caetano
Sofia Manarini

**CONSCIENTIZAÇÃO COLETIVA NAS ESCOLAS:
COMPORTAMENTOS INCLUSIVOS PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NO DIA A DIA**

São Paulo

2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. OBJETIVO.....	6
1.2. METODOLOGIA	6
1.3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
1.3.1. Deficiência Visual.....	6
1.3.2. O que é Inclusão.....	7
1.3.3. Capacitismo	8
2. DESENVOLVIMENTO	9
2.1. Problemas sociais sobre Inclusão	9
2.2. Discussão e implementação	12
3. CONCLUSÃO.....	15
REFERÊNCIAL TEÓRICO:	16

Centro Estadual de Educação e Tecnologia Paula Souza

ETEC Trajano Camargo

ETIM Administração

CONSCIENTIZAÇÃO COLETIVA NAS ESCOLAS: COMPORTAMENTOS INCLUSIVOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO DIA A DIA

Mariana Gabriela dos Santos¹

Mariana Raica Carvalho Caetano²

Sofia Manarini³

Resumo: Através de situações cotidianas que para a maioria da sociedade não é apresentado problemas, por meio de dinâmicas didáticas, porém representativas, será mostrado as dificuldades que uma pessoa com Deficiência Visual passa no dia a dia. A partir disso, ficará em evidência a discussão do que é inclusão, será colocado em pauta se a sociedade atual possui conhecimento do termo e o pratica, além de questionamentos sobre o que é capacitismo e de que maneira os estudantes e seus professores podem, com pequenas ações e comportamento, serem inclusivos, além de reconhecer a importância da inclusão tanto para as pessoas com deficiência, quanto para si mesmos.

Palavra-chave: Deficiência Visual. Dificuldades. Dinâmicas.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos é assegurado tratamento de igualdade a todos os seus constituintes, e que a Constituição iria defender os direitos dos cidadãos e reger o Estado de forma orientada e justa.

Em todos os campos e de todas as maneiras as pessoas com Deficiência Visual (DV) são excluídas. De dificuldades no dia-a-dia a tratamentos capacitistas, a

¹ Mariana Gabriela dos Santos. Aluna do curso Técnico em Administração, na Etec Trajano Camargo – mariana.santos684@etec.sp.gov.br.

² Mariana Raica Carvalho Caetano. Aluna do curso Técnico em Administração, na Etec Trajano Camargo – mariana.caetano2@etec.sp.gov.br.

³ Sofia Manarini. Aluna do curso Técnico em Administração, na Etec Trajano Camargo – sofia.manarini@etec.sp.gov.

sociedade assim como o sistema público ainda não estão preparados totalmente para receberem e acolherem pessoas com DV.

A legislação garante a toda pessoa com deficiência sua completa inclusão e desenvolvimento na sociedade. Entretanto, ter sucesso no cumprimento disto não é tão simples, principalmente quando se fala de DV e o termo acessibilidade não é executado na prática.

O levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), aponta que, no Brasil, são estimadas que 45.606.048 pessoas tenham algum tipo de deficiência, onde 6.056.533 tem grande dificuldade visual. E mesmo representando uma boa parcela da população brasileira, são poucas as iniciativas públicas para a consolidação dessas leis instituídas.

Quando se menciona sistema educacional inclusivo, é necessário integrar o termo Acessibilidade, que é definido pela Lei nº 10.098/2000, artigo 2º, inciso I, que diz:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias (...), por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O estado tende a se comprometer e a investir em questões sociais que envolvam grande percentual da população, realidade essa apresentada quando não há suporte e busca do mesmo necessário para pessoas com DV. Deve ser reiterado, portanto, que a problemática em si se encontra no cumprimento das leis. Os poderes de alto cargo não se preocupam com o que é garantido por lei, nem mesmo a população o faz, uma vez que a acessibilidade é assegurada a maioria.

De acordo com Ventura (2021), atualmente existem vários sistemas de auxílio para a acessibilidade no campo da informação. A escrita Braille é um sistema que utiliza códigos formados por sinais de relevo que possibilita a leitura para pessoas com DV. Apesar de ser um apoio importante, existem pontos que dificultam a sua realização, como o valor da produção de impressões em Braille, que chega a ser 70% maior do que a de títulos em tinta para pessoas com acuidade visual, e a falta de profissionais capacitados para a criação do conteúdo. Há também

programas eletrônicos que auxiliam pessoas com DV, porém eles não estão isentos de falhas.

Existem movimentos internacionais iniciados desde o início dos anos XXI que contribuíram enormemente para o desenvolvimento de políticas públicas que visam solucionar a falta de inclusão, como no trecho mencionado:

“A Convenção da Organização das Nações Unidas, incorporada à legislação brasileira em 2008, sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, passa a focar na reabilitação, que engloba medidas efetivas e apropriadas para oportunizar que essas pessoas conquistem e conservem o máximo de independência e um repleto condicionamento corporal, mental, social e profissional, bem como plena inclusão e participação em todos os aspectos da vida. (GERMANO et al., 2019).”

Segundo a fundação Dorina Nowill [s. d], quando se menciona o trabalho para inclusão da pessoa com DV, a figura de Dorina tem também imensa importância, pois foi à primeira aluna cega a frequentar um curso regular de ensino. Nowill criou a Fundação Dorina Nowill para Cegos em 1946, que teve grande participação nas mudanças e iniciativas inclusivas no Brasil, especificamente no Estado de São Paulo.

Porém, apesar do grande rumo de evolução que a inclusão e igualdade tomaram no Brasil nas últimas décadas, ainda há grande caminho a ser percorrido. Desde o início da vida da pessoa com deficiência visual e ao longo de toda sua trajetória ela vai se deparar com situações que a encurralarão no seu cotidiano. A verdade é que a sociedade majoritariamente não tem ciência das necessárias reivindicações e de como é a vida de uma pessoa com deficiência, muito menos de uma com deficiência visual.

As escolas são as instituições que nos introduzem a sociedade, e nos forma como cidadãos. Portanto, um programa que tenha como objetivo a conscientização dos indivíduos em relação ao outro com deficiência visual, busca como ambiente de aplicação essa instituição educacional - para obtenção de melhores resultados, com foco na introdução de tais informações no início da formação do indivíduo e de sua absorção de informações.

Este trabalho tem o intuito de analisar as barreiras apresentadas no dia-a-dia das pessoas DV, além de influenciar a conscientização e empatia dos indivíduos em relação aos problemas enfrentados pelos mesmos. A busca para a resolução destas questões visa promover conhecimento sobre o mundo dos PCD.

Portanto, o projeto visa auxiliar estudantes do ensino médio, com foco na cidade de Limeira e região. Afim despertar uma alteridade coletiva e desta forma demonstrar em especial o prejuízo que a falta de acessibilidade e um ensino adequado podem provocar.

1.1. OBJETIVO

Expor verbalmente e com brincadeiras práticas dificuldades de pessoas com deficiência visual e como a sociedade pode contribuir para a diminuição desses problemas. Buscando conscientizar a população, além de promover a inclusão de pessoas com Deficiência Visual (DV).

1.2. METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 187), a metodologia é experimental e bibliográfica, onde a partir de pesquisas de campo e em documentos realizados, a informação para embasamento da falta de inclusão no cotidiano foi apresentada assim como, de que maneira ela pode vir a ser solucionada.

A orientação terá como público alvo estudantes das redes de ensino em Limeira-SP e região, com foco em estudantes do Ensino Médio. A conscientização será feita por meios verbais e dinâmicos, buscando despertar o interesse e atrair a atenção dos telespectadores para que obtenham uma alteridade coletiva, dessa forma, sempre prezando pela inclusão e bem-estar do próximo.

1.3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.3.1. Deficiência Visual

Segundo o censo demográfico (IBGE, 2010) a deficiência visual é a mais comum perante as outras deficiências, atingindo cerca de 3,5% da população. Ela se caracteriza por afetar a visão em ambos os olhos e ter caráter definitivo. É classificado como deficientes visuais aqueles que possuem baixa visão ou cegueira total, definição que se é dada pela Portaria nº 3.128/2008, artigo 1º.

Para Amiralian (1997), a cegueira é entendida como a perda total da visão, até a ausência da percepção da luz. Ela pode ocorrer desde o nascimento e, nesse caso, se classifica como congênita e ainda pode ser adquirida ao longo da vida da pessoa – sendo, dessa forma, denominada como adquirida.

Baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo (BRASIL, 2006, p. 16).

1.3.2. O que é Inclusão

Inclusão é fornecer equidade para todo o ser que vive em sociedade. O Estado e os cidadãos têm o dever de trabalharem juntos para trazer a igualdade a todos os viventes. A inclusão fala diretamente com o auxílio do exercício para todos terem as mesmas oportunidades, tratamento e independência para assim terem o seu potencial explorado igualmente. Ela é fundamentada no direito onde “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos” mencionado no Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ainda, de acordo com Silvani Anael (2022), coordenadora do Setor de Educação Infantil Especial do Município de Limeira:

A grande dificuldade são as barreiras atitudinais, que não são barreiras impossíveis, mas que as pessoas possuem por suas atitudes. As barreiras atitudinais têm um viés muito próximo ao preconceito, onde se cria barreiras de impedimento e resistência. Como exemplo, a barreira arquitetônica, com prédios antigos sem acesso para pessoas com deficiência, e apesar dos novos projetos arquitetônicos estarem se preocupando com a acessibilidade, só estão correndo atrás por conta de cobranças legais. O cego pode ser independente, contanto que não tenha barreiras para que isto ocorra.

Segundo Freire (2008), inclusão é uma ação que também envolve o meio educacional, político e social, e intervêm para que o direito de todos os cidadãos, de participar, conscientemente, na sociedade que estão inseridos, e que sejam respeitados e aceitos nesta, independente do que os diferencia.

1.3.3. Capacitismo

O capacitismo é um preconceito estrutural que paralisa a sociedade e faz com que tenhamos uma imagem irreal e crenças limitantes de PCD, que elas são frágeis, inúteis, e incapacitadas por apenas serem diferentes de nós.

“O capacitismo é a ideia de que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiência, tratadas como anormais, incapazes, em comparação com um referencial definido como perfeito (PATRÓN, apud NEUMAM, 2021)”.

Desse modo, a deficiência é uma condição, não uma doença; ela não define a pessoa. Por isso o termo certo é pessoa com deficiência, não deficiente.

Para Foggetti (2022), a sociedade sempre reproduziu termos capacitistas em seu vocabulário, seja pela falta de conhecimento ou pelo descuido de suas falas. Além disso, a autora ressalta a importância de buscar informações a respeito, e cita algumas expressões capacitistas utilizadas no dia a dia, sendo elas:

- “Fingir demência”
- “Dar uma de João sem braço”
- “Dar uma mancada”
- “Está cego/surdo?”
- “Estou cego de raiva”
- “Mais perdido que cego em tiroteio”
- “Para de ser retardado”
- “Mudinho/ceguinho”
- “Nem parece que você é uma pessoa com deficiência”
- “Seu problema não tem cura?”
- “Pensei que você era normal”
- “Será que seus filhos vão nascer normais?”

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Problemas sociais sobre Inclusão

As informações e dados foram retirados de pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, fornecidas nas visitas Técnicas a três instituições: no Centro Educacional João Fischer Sobrinho, na Secretaria da Educação da cidade de Limeira, e no Pró - Visão - Sociedade Campineira no Atendimento ao Deficiente Visual de Campinas. Desta maneira foi determinado os inúmeros problemas citados a seguir.

A inclusão é de suma importância na construção de uma sociedade, pois tem como função estabelecer leis que promovem a igualdade, a fim de garantir educação, saúde, moradia e trabalho de qualidade. Além de ser um meio para erradicar inúmeros preconceitos, principalmente em relação às deficiências.

Entretanto, quando se fala sobre deficiência visual essa inserção raramente é feita, pois as pessoas DV traçam uma luta constante para serem incluídas na sociedade, o que não ocorre em diversos âmbitos, como por exemplo, o ambiente educacional.

A escola é uma instituição com o propósito de ensinar e acolher a comunidade, porém, é insuficiente em alcançar a todos, isto ocorre desde o descaso com materiais adequados, a falta de orientação para com os profissionais de ensino, até mesmo o despreparo da própria arquitetura da instituição, o ultimo fator sendo um dos mais importantes quando se trata de inclusão de pessoas com deficiência visual.

A locomoção é o meio que o indivíduo se desloca, é por onde o acesso e a participação em vários ambientes de forma independente e autônoma é construída, portanto privar o indivíduo de uma locomoção independente é, além de privá-lo do direito de ir e vir, privá-lo de ter acesso a diversos ambientes de sua escolha, ambientes esses que geram diversas oportunidades. Autonomia é reconhecer a individualidade da pessoa com deficiência, portanto ter uma arquitetura inclusiva e acessível é de extrema importância para que a mesma aconteça.

Porém, na rotina comum, as pessoas com deficiência visual tem diversas barreiras. Muitas vezes não podem se locomover independentemente, porque a

arquitetura de instituições, na maior parte dos casos, não é adequada e não é pensada para receber e incluir pessoas com DV. Os problemas vão desde a falta de pisos táteis até de obstáculos atrapalhando a passagem.

A arquitetura de prédios mais antigos são bem mais problemáticas de se inserir a locomoção adequada, porém há o fato de que muitos estabelecimentos que são atualmente construídas também não se atentam a esta questão. Por exemplo, lojas de convivências e supermercados, onde as prateleiras são dispostas de maneira que impossibilitada a identificação do percurso e locomoção de pessoas DV, pois não existe uma sinalização ou estrutura adequada, uma vez que esbarram ou tropeçam em objetos dispostos pelo percurso, o que pode gerar quedas e em outros casos graves lesões. Além da falta de empatia e instrução das pessoas, que na maior parte dos casos não se disponibilizam para dar auxílio ou não sabem a forma correta de agir nesta situação, visto que sempre acabam sendo evasivos ou cometem algum tipo de preconceito, como o capacitismo.

A maioria dos canais de informação não são inclusivos, é necessário encontrar caminhos para a representação de forma inclusiva a todos. Figuras com relevo, texturas, maquetes entre muitos outros métodos, ideias e representações podem acontecer para facilitar a vida da pessoa com DV para que a sociedade se torne mais igualitária.

Na literatura, como meio de exemplificação, é difícil encontrar livros em Braille em bibliotecas públicas que alcancem todos os gêneros, e em áudio livros há escassez de uma diversidade deles. Não adaptar livros é excluir a pessoa com deficiência da literatura, e de toda a informação e cultura que esta pode proporcionar ao indivíduo, portanto é de suma importância fornecer isso a quem precise pois excluir o indivíduo da informação, o excluí do desenvolvimento e da igualdade!

No campo da educação, não é fácil o trabalho de encontrar materiais para ensino, muitos já desenvolvidos não estão mais no mercado, pois o número de interessados e vendas são muito baixos em relação à população ao todo, e sua produção também geralmente envolve alto custo.

A cada ano são desenvolvidos novos materiais e tecnologias, porém são de difícil acesso na maioria das vezes, isto relembra uma frase dita por um dos entrevistados: “Ser cego não é difícil, é caro”.

Produtos que poderiam resolver problemas constantes na vida da pessoa com DV e trazer a autonomia necessária excluem a população de baixa renda, assim como a população de países subdesenvolvidos. Tudo isso contribui para a manutenção de um sistema desigual e preconceituoso - onde o PCD não tem autonomia.

De acordo com Silvani Rabelo Anael (2022), articuladora da educação especial da Secretaria da Educação de Limeira, a pessoa com deficiência muitas vezes é enxergada apenas pela sua deficiência, e não pela potencialidade que carrega. É fundamental não apenas a instituição entender, mas também a população que é necessário lutar pelo potencial da pessoa, que assim como qualquer membro da sociedade, ela merece ter de iguais meios e oportunidades para se desenvolver, e assim usar seu potencial plenamente. Afinal, o que realmente interessa é que todos tem sua capacidade, mas há a necessidade de explorá-las, e para uma pessoa com deficiência visual ter esta exigência maior atendida, o apoio estatal é essencial e um direito. A deficiência é uma condição imposta a pessoa, não uma escolha, isto abrange a questão de que não é apenas pela inclusão do próximo, mas sim um futuro de possibilidades para toda a população, onde não importa o que venha ocorrer; o acesso, o ensino, a locomoção, a acessibilidade em geral do indivíduo sejam garantidas, de todas as maneiras.

Como já citado antes, muitos seguem a linha de raciocínio ao quais as mudanças só são feitas quando as necessidades da maioria prevalece, isto em todos os sentidos, afinal o Brasil é um país democrático, mas é necessário possuir a compreensão que não obter a inclusão é o mesmo de impedir o desenvolvimento de uma sociedade, visto que trazer a acessibilidade não prejudicará a população, pelo contrário, garantirá que em qualquer situação suas necessidades sejam atendidas, e é necessário que haja políticas públicas que cumpram os direitos das pessoas.

Mas, o comodismo que existe na situação atual, além de preconceitos, onde a deficiência se impõe ao potencial, torna a sociedade paralisada – sem grandes mudanças. Em visita técnica realizada a um supermercado, um colaborador

respondeu que no momento o ambiente não está apto a receber pessoas com deficiência visual, e que houve contratação apenas de pessoas com deficiências intelectuais, ademais, o colaborador reiterou que algo que complica é o laudo não atualizado dos PCD's, e toda uma burocracia por trás.

Todos têm sua capacidade, e é necessário explorá-las. Existindo um ambiente inclusivo, as pessoas com DV poderão ter suas capacidades estimuladas como de qualquer outro indivíduo – assim proporcionando a sociedade e a eles mesmos tudo que podem agregar, e desenvolver em si. Lutar por um ambiente inclusivo, e que transmitam o que é necessário, é lutar pelo potencial que a pessoa com deficiência visual tem.

2.2. Discussão e implementação

A partir dos dados coletados e da observância da situação problema, foi desenvolvida uma palestra, com o intuito de conscientizar e informar determinado público-alvo (estudantes do Ensino Médio), sobre os problemas e simbologias que conceituam o mundo da deficiência visual.

A didática explorada foi o ensino por meio da fala e de atividades práticas. Os tópicos a serem abordados foram separados em: o que é a DV, o cotidiano da pessoa com DV, a locomoção em áreas públicas, como funciona a educação e o que é o capacitismo.

Inicialmente, é necessário discorrer qual a definição de deficiência visual, onde o desconhecimento gera paradigmas e preconceitos. A maneira encontrada para melhor compreensão foi o uso de materiais que simulam diferentes graus da DV, como vendas e óculos com o campo de visão reduzido.

Com isso, é apresentado o cotidiano da pessoa com DV e, conseqüentemente, as dificuldades que passam por viverem em uma comunidade não adaptada. A escrita e leitura é feita pelo sistema Braille, composto por pontos táteis sendo possível assim a leitura, e a escrita pode ser feita pela máquina Braille, ou pela reglete. Atividades comum da vida individual como o simples uso de eletrodomésticos são afetadas e tem a necessidade de serem adaptadas ao uso de uma pessoa com DV. Com o uso de atividades práticas com dinheiro físico e textos

em Braille, e alusões ao não adaptado e adaptado, espera-se a compreensão do prejuízo à independência e autonomia do afetado.

E ao iniciar o conceito de independência individual, é adentrado o campo da locomoção pública, que em muitos aspectos é inacessível, seja pela falta de adaptação ou pela desinformação das pessoas no funcionamento de práticas acessíveis em locais públicos, que acabam causando obstáculos e ineficiência dessas adaptações. A bengala, ou também conhecido como guia, é um instrumento usado na locomoção individual da pessoa com DV, onde a bengala é como uma extensão do próprio corpo físico da pessoa que a utiliza – ou seja, ela “lê” o ambiente e os obstáculos que estão presentes.

Porém, outra utilidade muitas vezes não conhecida da guia é sua coloração, que indica o grau de DV que o portador da bengala possui, assim contribuindo em casos de auxílio imediato. O auxílio também é um tópico problemático, que acaba gerando complicação apenas por preconceitos e desinformação, portanto é essencial a apresentação de maneiras corretas na abordagem para a ajuda correta, e com isso também demonstrar a diferença que mais espaço e menos obstáculos faz na locomoção de uma pessoa com DV.

Outro assunto pouco conhecido, que acaba tornando ineficaz as adaptações existentes envolve as simbologias, como ocorre com o símbolo internacional do acesso, que engloba todas as Deficiências Físicas, mas é confundido apenas como para pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Além disto, também há a questão dos pisos táteis em áreas públicas, que facilitam a locomoção indicando direções e mudanças de situações, mas muitas pessoas acabam ficando em cima deles, sem saber de sua função. Para tornar mais didática a apresentação desses problemas, dinâmicas com os olhos vendados e a locomoção por entre obstáculos, além da demonstração da maneira correta de auxiliar alguém devem ser implementadas na palestra.

Partindo para o campo educacional os materiais didáticos recebem grande destaque, pois são uma peça chave para a alfabetização e a aprendizagem de qualquer pessoa, no entanto, este tópico apresenta uma enorme problemática, visto que nem todos os cidadãos possuem o devido acesso a tais recursos.

A alfabetização de um aluno com DV requer a utilização de instrumentos táteis e adaptados, como o soroban, material dourado, maquina de escrita Braille e reglete. E embora tenham recursos abrangentes, isso não os torna eficazes, dado que são materiais utilizados no desenvolvimento educacional de alunos de ensino fundamental, que infelizmente não atendem as urgências de um aluno que está no ensino médio.

Diante de tal cenário, é possível observar que a disponibilidade de livros didáticos em Braille, é uma ação viável para erradicar a falta de recursos com foco no ensino médio. De acordo com o Projeto de Lei 798/01, já sancionado, se torna obrigação do governo fornecer apostilas em escrita Braille aos estudantes com deficiência visual. Entretanto, a conversão de livros escolares comuns para a escrita Braille dispõe de altos custos, e devido à falta de demanda e investimentos esse fator resulta em um enorme déficit educacional.

Portanto, para compreensão de tal problemática é realizada a dinâmica da descrição, na qual o aluno vendado terá que adivinhar qual o objetivo descrito e sua respectiva cor. Desse modo, a classe terá a noção das dificuldades enfrentadas por um estudante com DV que não possui acesso a livros e apostilas em Braille.

A falta de informação é uma das raízes do preconceito, ainda assim, é um mal de difícil erradicação. Por costumes não naturais, mas sim aprendidos e normalizados, a exclusão e diminuição de minorias é um comportamento encontrado em todas as áreas da coletividade. A Deficiência Visual não é excluída dessa problemática, sendo ela denominada capacitismo – nome referenciado ao preconceito direcionado às pessoas com deficiência em geral.

O capacitismo é um problema por ser o principal causador da falta de igualdade, por gerar uma barreira falsa de incapacitação e vulnerabilidade, que distancia mais de uma sociedade igualitária e de uma vida justa e cidadã da pessoa com Deficiência Visual.

3. CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento das informações coletadas e aplicações analisadas, foi demonstrada a urgente necessidade da conscientização coletiva a respeito do tema Deficiência Visual, pois o desconhecimento por grande parte da população se mostrou uma realidade preocupante. Com isso, para que a inclusão aconteça verdadeiramente, o combate a desinformação é indispensável.

Outro fator averiguado é a consequência que a ignorância trás, construindo ambientes mais capacitistas e discriminatórios, sejam comportamentais ou arquitetônicos. Todos esses fatores são contraditórios ao que a sociedade e, principalmente as organizações sociais prezam, a igualdade e coletividade.

Conclui-se que, até o presente momento, a incompreensão sobre o mundo de uma pessoa com Deficiência Visual se estende em várias classes sociais e faixas etárias, e que a conscientização através da implementação das palestras deve ser realizada, também no mercado de trabalho por ser um ambiente de convívio social afetado pela segregação e preconceito.

COLLECTIVE AWARENESS IN SCHOOLS: INCLUSIVE BEHAVIORS FOR PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENTS

Abstract: Throughout day-to-day situations, that for the majority of today's society isn't problematic, in any way shape or form, albeit representative, it will be shown the quotidian difficulties of a visual-deficient person. Thence will be evident the discussion of inclusion, furthermore, questioning what is ableism and how can students and professors, with simple actions, be inclusive. As well as recognize the importance of inclusion to others as to disabled people, as to themselves.

Keywords: Visual Impairment. Difficulties. Dynamics.

REFERÊNCIAL TEÓRICO:

AMIRALIAN, Maria Lucia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Acesso em: 31 de maio de 2023.

ANAEL, Silvani Rabelo, Entrevista realizada pessoalmente - 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF.

BRASIL. **Portaria Nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008.** Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Ministério da Saúde. Brasília, DF.

FOGGETTI, Fernanda. **Capacitismo: o que é, exemplos, consequências e como combater.** Hand talk, 01 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/capacitismo/#:~:text=A%20palavra%20%E2%80%99Ccapacitismo%E2%80%9D%20significa%20a,em%20virtude%20de%20suas%20defici%C3%AAsncias>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2008. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Dorina de Gouvêa Nowill. **Dorina de Gouvêa Nowill**, [s.d]. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/dorina-de-gouvea-nowill/>. Acesso em: 28 julho de 2022.

GERMANO, F. A. S. GERMANO, C. S. GERMANO, R. A. GERMANO, J. E. **Estudo das causas de cegueira e baixa de visão em uma escola para deficientes visuais na cidade de Bauru**. Rev Brasileira de Oftalmologia. 78 f. p. 183-187. Bauru, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0034-7280.20190125>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência, 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Porcentagem da População, Por Tipo e Grau de Dificuldade e Deficiência, 2010**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 28 de julho de 2022.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas S.A, 2003. Acesso em: 19 de abril de 2023

MANARINI, Luís Fernando, Entrevista realizada pessoalmente - 2022.

NEUMAM, Camila. **Capacitismo: entenda o que é e como evitar preconceito disfarçado de brincadeira**. CNN Brasil, 02 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/capacitismo-entenda-o-que-e-e-como-evitar-preconceito-disfarçado-de-brincadeira/>. Acesso em: 31 maio 2023.

PARIS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948**. Assembleia Geral das Nações Unidas. Artigo I.

PRÓ - VISÃO, Sociedade Campineira: Atendimento ao Deficiente Visual, Entrevista - 2022.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei n° 798/01, de 08 de março de 2006.** Dispõe sobre a impressão na linguagem braile dos livros pedagógicos no Estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, SP.

Secretaria da Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão, p. 16, 2006.**

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

SOBRINHO, João Fischer, Entrevista realizada pessoalmente - 2022.

VENTURA, Luiz. **Custo de produção e falta de especialistas ainda limitam oferta de livros em Braille.** Estadão, 04 de março de 2021. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/custo-de-producao-e-falta-de-especialistas-ainda-limitam-oferta-de-livros-em-braille/>. Acesso em: 28 de julho de 2022